

# PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL MÃE BONIFÁCIA

Contextualização da Unidade  
de Conservação



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1/I - Unidades de Conservação por Categoria .....	4
Tabela 2/I - Unidades de Conservação no Estado de Mato Grosso por categorias .....	6
Tabela 3/I - Quantidade e área por jurisdição das unidades de conservação no Mato Grosso .....	6

## SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CUCO	Coordenadoria de Unidade de Conservação
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
EE	Estação Ecológica
FN	Floresta Nacional
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Produtos e Serviços
MN	Monumento Natural
MT	Mato Grosso
PE	Parque Estadual
PEMB	Parque Estadual Mãe Bonifácia
PI	Proteção Integral
PM	Plano de Manejo
PNM	Parque Natural Municipal
PN	Parque Nacional
RB	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RF	Reserva de Fauna
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SEMA-MT	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUB	Superintendência de Biodiversidade
UC	Unidade de Conservação
US	Uso Sustentável

## SUMÁRIO

<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1. Enfoque Federal .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2. Enfoque Estadual.....</b>	<b>5</b>
<b>1.3. Enfoque Municipal .....</b>	<b>7</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>8</b>

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Este encarte caracteriza o Parque Estadual Mãe Bonifácia (PEMB), contextualizando-o nos enfoques federal, estadual e municipal.

### 1.1. Enfoque Federal

Segundo o Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002), as informações deste enfoque, além de fornecer um panorama geral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), também permitem avaliar a representatividade da unidade sob vários aspectos, oferecendo dados para embasar a declaração de significância da área, posicionando a sociedade sobre o ambiente protegido pela unidade de conservação (UC).

O SNUC, instituído pela Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, tem como objetivos:

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Unidades de Conservação (UCs) são porções do território nacional com atributos naturais de relevante valor, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, nas quais se aplicam normas especiais de administração com garantias adequadas de proteção. Estas áreas são criadas nas três esferas (municipal, estadual e federal).

Além de definir critérios para a criação, implantação e gestão de UCs o SNUC estabelece a necessidade da existência de diferentes categorias de manejo, que de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso permitidos, são classificadas em dois grupos: Proteção Integral (PI) e Uso Sustentável (US).

As UCs de PI tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. São consideradas cinco categorias de manejo neste Grupo: Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (RB), Parque Nacional (PN), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

A categoria parque objetiva resguardar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, servir de área de estudos científicos e promover educação e interpretação ambiental através do contato com a natureza. A posse e domínio são de caráter público e a

visitação e turismo ecológico devem ocorrer de acordo com o previsto no Plano de Manejo (PM) da área. As unidades dessa categoria criadas pelos estados e municípios, são denominadas Parque Estadual e Parque Natural Municipal (PNM), respectivamente.

As categorias de US têm como objetivo fundamental compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais. São definidas dentro deste Grupo sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FN), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Segundo dados do MMA, 2012, existem criadas 886 UCs federais, totalizando 755.184 km<sup>2</sup> de áreas protegidas no Brasil.

**Tabela 1/I - Unidades de Conservação por Categoria**

<b>Categoria</b>	<b>Número</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
RB	30	39.047
EE	31	68.073
PN	68	252.226
MM	3	443
RVS	7	2.018
Total PI	139	361.807
FN	65	164.229
RF	0	0
RESEX	59	123.329
RDS	1	644
APA	32	99.999
ARIE	16	448
RPPN	574	4.728
Total US	747	393.377
<b>TOTAL</b>	<b>886</b>	<b>755.184</b>

Fonte: CNUC/MMA - [ww.mma.gov.br/cadastro\\_uc](http://ww.mma.gov.br/cadastro_uc) Atualizada em: 12/12/2012.

O mapa do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil - MMA/MPOG/IBGE, 2004), distingue seis Biomas no território brasileiro: Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal e Pampa.

O Cerrado, com cerca de 2.000.000 km<sup>2</sup>, é o segundo maior bioma do Brasil, atrás apenas da Amazônia, englobando mais de dez estados. Com aproximadamente 65 milhões de anos, apresenta elevada biodiversidade e altas taxas de endemismos. Depois da Mata Atlântica é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana.

Reconhecido como *Hotspot*, conceito criado para identificar quais são as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade no Planeta. O critério utilizado é o grau de biodiversidade e da ameaça. É considerada como *Hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. No mundo 34 regiões são consideradas como Hotspot, destas, duas estão no Brasil, Mata Atlântica e Cerrado.

Segundo dados do MMA, 2012, no Cerrado existem criadas 358 UCs, totalizando 173.688 km<sup>2</sup> de áreas protegidas, sendo de PI 62.798. Km<sup>2</sup> e de US 110.889 km<sup>2</sup>.

Assim, o PEMB, embora de pequena extensão, inserido em ambiente urbano e bastante antropizado, representa um dos últimos remanescentes de Cerrado da região. Reiterando o reconhecimento do Cerrado como *Hotspot*, alta diversidade e extremamente ameaçado.

Também abriga 8 (oito) espécies que realizam migração dentro do território brasileiro bem-te-vi-rajado *Myiodynastes macullatus*, suiriri *Tyrannus melancholicus*, bem-te-vi-pirata *Legatus leucophaeus*, irê *Myiarchus swainsonii*, peitica *Empidonotus varius*, tesourinha *Tyrannus savana*, juruviara *Vireo olivaceus* e príncipe *Pyrocephalus rubinus* e uma espécie que não se reproduz em território brasileiro papa-lagarta-americano *Coccyzus americanus*; o que vem a corroborar sua importância dentro do SNUC, especialmente, no que diz respeito à contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional.

## 1.2. Enfoque Estadual

O objetivo desse enfoque é contextualizar o PEMB dentro do Estado de Mato Grosso (MT), onde o mesmo está inserido, apresentando informações com relação a sua importância como área protegida naquele espaço territorial.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) de MT, instituído pela Lei Estadual nº. 9.502, de 14 de janeiro de 2011, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs no estado e, tem como objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da biodiversidade e dos recursos genéticos no território mato-grossense e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção no âmbito estadual;
- III - promover programas de conservação para as espécies nativas ameaçadas ou que apresentem interesse econômico;
- IV - preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais;
- V - estimular o desenvolvimento regional integrado com base no uso sustentável dos recursos naturais;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, arqueológica, paleontológica, espeleológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, sob todas as suas formas;
- XI - desenvolver programas e atividades de educação; XII - favorecer condições e promover o ecoturismo;
- XIII - preservar áreas naturais até que estudos futuros indiquem sua adequada destinação;
- XIV - garantir o envolvimento dos cidadãos no estabelecimento e na revisão da política estadual de UCs;
- XV - buscar o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e de pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UCs
- XVI - proteger o modo de vida das populações tradicionais, estimulando sua promoção socioeconômica e respeitando sua cultura.

A primeira UC criada no MT é o PE Águas Quentes, instituído pelo Decreto Estadual nº. 1.240, em 13 de janeiro de 1978, no município de Santo Antônio do Leverger. Atualmente, segundo dados da Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUCO), subordinada à Superintendência de Biodiversidade (SUB), da SEMA-MT, há 45 unidades criadas,

apresentadas na Tabela 2/I, que juntas totalizam 2.870.010,04 ha de áreas protegidas, correspondendo a 3,2% do território de MT protegido em UC estaduais.

**Tabela 2/I - Unidades de Conservação no Estado de Mato Grosso por categorias**

<b>Categoria</b>	<b>Número</b>
RB	01
EE	05
PE	18
MM	01
RVS	02
RPPN	05
Total PI	32
Reserva Ecológica - recategorização	01
EP	05
RESEX	01
APA	06
Total US	12
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>

Fonte: CUCO/SUB/SEMA-MT, 09/2011.

No MT, em 2000, foi instituído o ICMS Ecológico, através da Lei Complementar n.º 73, de 07 de dezembro, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 2.758, em 16 de julho de 2001, e implementado a partir do ano fiscal de 2002, segundo critério quantitativo. Em 2004, os critérios de cálculo para composição dos índices de participação dos municípios no ICMS sofreram modificações através da Lei Complementar n.º 157. Importante destacar, que nesta arrecadação, são contemplados todos os municípios, que tem áreas declaradas como UCs, independente da instância, federal, estadual e municipal.

A Tabela 3/I apresenta a quantidade e área de UCs existentes em MT, os 6% do estado ocupado por UCs, recebem parte da arrecadação do ICMS Ecológico.

**Tabela 3/I - Quantidade e área por jurisdição das unidades de conservação no Mato Grosso**

<b>Unidades de Conservação</b>	<b>Nº de UCs no MT</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Proporção do Estado ocupado por UCs (%)</b>
Federais	23	2.028.557,85	2,2
Estaduais	45	2.870.010,04	3,2
Municipais	35	507.750,35	0,6
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>5.406.318,24</b>	<b>6,0</b>

Fonte: CUCO/SUB/SEMA-MT, 09/2011.

A proteção do PEMB, como mencionado no enfoque federal, torna-se relevante, embora de pequena extensão, justamente pela enorme pressão que as áreas de Cerrado tem sofrido, e a raridade destas áreas.

Além disso, no enfoque estadual, destaca-se sua contribuição com a proteção da bacia do rio Cuiabá, principalmente por se constituir de um fragmento que se conecta com outras áreas, por meio de mata ciliar, possibilitando fluxo gênico entre populações.

### 1.3. Enfoque Municipal

Atualmente em MT existem 33 UCs municipais, sobre a responsabilidade das secretarias municipais, responsáveis pela gestão do meio ambiente, sendo: 16 UCs de PI sendo, 13 PNM, 02 MN e 01 EE, no grupo de US, há 17 APAs (SEMA 2012). Especificamente, em Cuiabá, há apenas a APA Municipal Aricá-açu, com 73.196,46 ha, criada em 1999, para contribuir com a proteção do Cerrado,

Importante destacar que no município são registradas 7 UCs, já citadas anteriormente, mas por localizarem-se em Cuiabá, merecem destaque :PEMB, PE Zé Bolo Flô, PN da Chapada dos Guimarães, PE Masairo Okamura, APA da Chapada dos Guimarães, RPPN Fazenda São Luis e a EP Cuiabá-Chapada dos Guimarães/Mirante e km 15. Estas áreas compreendem aproximadamente 7% do total de UCs do estado.

Dados disponíveis de 2010 informam que Cuiabá, arrecadou com ICMS Ecológico cerca de R\$ 642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais)

No enfoque municipal, a presença do PEMB na área urbana de Cuiabá proporciona melhoria no microclima da cidade, minimizando a poluição atmosférica, sonora e visual, além de propiciar melhoria da qualidade de vida e ambiental da cidade e oferecer opções de lazer em contato com a natureza.

Outro aspecto a ser considerado é a valorização das áreas no entorno do PEMB, com a criação do parque, toda esta região, tornou-se área “nobre” em Cuiabá, com grande valorização econômica.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação e de outras providências. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 15/07/2012.

CUCO/SUB/SEMA-MT - 2011. Unidades de Conservação. Disponível em: <[http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=53&Itemid=99](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=99)>. Acesso em: 02/08/2012.

EMBRAPA Solos - **IV Plano diretor da Embrapa Solos / Embrapa Solos.** – Rio de Janeiro, 2008. 40 p.; 30 cm. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/brasil\\_em\\_sintese/tabelas/territorio\\_grafico01.htm](http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/territorio_grafico01.htm)>. Acesso em: 10/10/2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Cerrado. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/Biomas-brasileiros/cerrado>>. Acesso em: 12/06/2011

\_\_\_\_\_. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Disponível em: <[http://www4.icmbio.gov.br/parna\\_guimaraes/](http://www4.icmbio.gov.br/parna_guimaraes/)>. Acesso em: 09/08/2012

MATO GROSSO. Decreto Estadual nº. 1.240, de 13 de janeiro de 1978. Cria o Parque Estadual de Águas Quentes. **Palácio Paiaaguás**, Cuiabá, MT, 13 jan. 1978. Disponível em: <[http://am.batistella.sites.uol.com.br/blog/Leg\\_UCs\\_Est\\_MT/15\\_DEC\\_1240\\_1978.pdf](http://am.batistella.sites.uol.com.br/blog/Leg_UCs_Est_MT/15_DEC_1240_1978.pdf)>. Acesso em: 01/06/2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.502, de 14 de janeiro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, e dá outras providências. **Palácio Paiaaguás**, Cuiabá, MT, 10 fev. 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>>. Acesso em: 07/08/2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio; Parque Nacional Chapada dos Guimarães. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.** Chapada dos Guimarães 2009, 238p. Relatório de Plano de Manejo.